

A INFLUÊNCIA DA PSICOLOGIA PARA A QUALIDADE DE VIDA DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS EM UM ABRIGO DE UMA CIDADE DO INTERIOR DE MINAS GERAIS

Camila Thaisa da Silva Araújo¹
Tathiana Martins de Carvalho²

RESUMO

Este estudo apresenta uma pesquisa sobre a participação da Psicologia em uma melhor qualidade de vida de crianças institucionalizadas em um abrigo infantil, mediante o entendimento de uma psicóloga atuante nessa instituição. O presente estudo tem como objetivo apresentar as contribuições da Psicologia para uma melhor qualidade de vida de crianças institucionalizadas em abrigo infanto-juvenil em uma cidade do interior de Minas Gerais, também sendo necessário: (1) descrever a função do psicólogo em abrigos infanto-juvenis, (2) descrever a relevância dos vínculos familiares na fase infantil para a construção do sujeito e (3) delimitar as definições legais envolvidas no processo de acolhimento da criança nas instituições próprias. Para tal realizou-se um estudo qualitativo e descritivo, realizado por uma entrevista semiestruturada com uma psicóloga atuante na instituição. Os dados obtidos foram analisados por meio de análise de conteúdo e posteriormente, como forma de interpretação, usou-se a categorização. Os resultados indicam que a contribuição da Psicologia no bem-estar dessas crianças institucionalizadas é realizada de forma superficial, breve e, muitas vezes, dificultada devido ao tempo e demanda exacerbada para somente um psicólogo atuante na instituição.

PALAVRAS-CHAVES: *Psicologia. Infância. Atuação do psicólogo. Abrigo infanto-juvenil.*

ABSTRACT

This study presents a research about the participation of Psychology in a better quality of life in institutionalized children in a children's shelter, through the understanding of an active psychologist in this institution. The present study aims to put forward the contributions of Psychology to a better quality of life of institutionalized children in an infant-juvenile shelter, placed in a country town of Minas Gerais, it is also essential (1)) describe the role of the psychologist in child-juvenile shelters, (2) to describe the relevance of family relationships in the infantile phase for the moulding of the person and (3) delimit the legal definitions involved in the process of childcaring in the appropriate institutions. For such, a qualitative and descriptive study was carried out by a semi-structured interview with an active psychologist in the institution. The obtained data were analyzed by means of content analysis and subsequently, as a form of interpretation, the categorization was used. The results indicate that the contribution of the Psychology in the welfare of these institutionalized children is fulfilled in a superficial and brief way and most of the times it is hampered due to the time and an exacerbated demand for just one active psychologist in the institution.

KEYWORDS: *Psychology. Childhood. Psychologist's performance. Children's shelter.*

¹ Autora do projeto: Graduanda em Psicologia - Faculdade Ciências da Vida – Sete Lagoas - Minas Gerais
E-mail: milathaisa@yahoo.com.br

² Mestra em Psicologia do Desenvolvimento Humano pela Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade Ciências da Vida - Sete Lagoas - Minas Gerais
E-mail: tathimcarvalho@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema as possíveis contribuições da Psicologia para crianças abrigadas dentro do contexto de programas de acolhimento institucionais. Os abrigos devem ser próximos de uma residência, promovendo a sensação de um melhor acolhimento à criança, da mesma forma que pequenos grupos podem ser atendidos de forma individualizada (RODRIGUES, 2016). Esse conteúdo retrata um contexto de impermanência da criança, ou seja, os cuidados psicológicos deparam-se com a situação transitória da criança. Afinal, o abrigo é uma medida provisória e, por isso, o ofício do psicólogo deve abordar essa visão.

Visando um melhor aprofundamento do assunto pesquisado, uma compilação de explicações sobre a infância e suas características, passando pela parte jurídica, embasa uma crítica mais substancial dessa dinâmica com as instituições de acolhimento. Posterior a isso, a fim de melhor elucidar o tema, se faz a seguinte pergunta: quais as contribuições da Psicologia para uma melhor qualidade de vida em crianças institucionalizadas em abrigo infanto-juvenil em uma cidade do interior de Minas Gerais?

Diante do problema colocado, emergem duas hipóteses, sendo a primeira de que o atendimento psicológico enquanto acolhimento e escuta de crianças institucionalizadas pode trazer incentivos proveitosos ao desenvolvimento emocional para elas. Além disso, a outra hipótese é de que a Psicologia pode proporcionar um vínculo positivo com as crianças institucionalizadas dentro de seu contexto e mediante suas experiências de vida.

Para melhor nortear a pesquisa, seu objetivo geral é apresentar as contribuições da Psicologia para uma melhor qualidade de vida de crianças institucionalizadas em abrigo infanto-juvenil em uma cidade do interior de Minas Gerais. Como forma de alcançar o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram construídos: (1) descrever a função do psicólogo em abrigos infanto-juvenis. (2) descrever a relevância dos vínculos familiares na fase infantil para a construção do sujeito e (3) delimitar as definições legais envolvidas no processo de acolhimento da criança nas instituições próprias.

Quanto à relevância dessa pesquisa, pode-se afirmar que é um assunto necessário de colocar em discussão, mediante a criança ser um sujeito participante da sociedade e observa um aumento exacerbado de institucionalização da mesma. Segundo levantamento nacional realizado pelo Ipea (2003), mais de 20 mil adolescentes e crianças vivem em abrigos no Brasil. Um número alarmante que traz como motivos primordiais para tal movimentação: a pobreza, violência sexual, uso de drogas, abandono e negligência. Além de haver a

contribuição para a literatura científica, essa pesquisa também permite que se lance um olhar mais abrangente sobre esse processo de transição da criança de seu ambiente comum e conhecido para um espaço desconhecido e provisório por até dois anos, fazendo com que essa prática possa ser refletida e, dentro das possibilidades, melhorada.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos foram selecionados a partir do caráter qualitativo da pesquisa, juntamente com sua classificação descritiva que ocorreu por um estudo de caso. A coleta de dados foi realizada por meio da prática de uma entrevista semiestruturada, através de um roteiro, com um profissional de Psicologia participante em instituição de acolhimento infantil em uma cidade do interior de Minas Gerais. Esta pesquisa utilizou o método de análise de conteúdo para organizar e analisar os dados obtidos, possibilitando a interpretação dos mesmos a partir da categorização deles.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 RELAÇÃO DO PROFISSIONAL PSICÓLOGO COM AS CRIANÇAS ABRIGADAS

Dentro de uma instituição de abrigamento, as crianças institucionalizadas devem ser assistidas por uma equipe de profissionais da Saúde e da Assistência Social para que lidem melhor com a mudança ocorrida (GOELLNER; FERNANDES, 2015). O psicólogo tem a função de auxiliar a criança a diminuir o sofrimento resultante da comparação entre o afeto anterior da família de origem com aquele ofertado pela instituição de acolhimento. Deve mostrar ainda à criança que, essa carência é esperada e pode não ser suprida da forma desejada por ela, além de revelar que apesar da situação vivida pela criança, existem outras possibilidades, podendo ela optar por não repetir as atitudes familiares que a trouxeram até ali (GOELLNER; FERNANDES, 2015).

Assim o psicólogo aplica em grupos de crianças atividades que envolvam temas como: educação, normas, disciplina. Além de acompanhar o desenvolvimento escolar, saúde, como também possibilita dinâmicas lúdicas que promove o exercício da escuta e o progresso do estado emocional, físico, afetivo e social e reestruturando os vínculos familiares (CARVALHO, 2015). O psicólogo atua no acompanhamento familiar realizando visitas domiciliares; entrevistas e encaminhamentos, se necessário entra em contato com outros programas da rede, com o objetivo de sanar os vínculos quebrados, além de orientar o sistema

e favorecer reflexões de responsabilidade da criança sobre o ambiente familiar, propiciando um retorno se possível da criança ao lar de origem (FERREIRA, 2015).

Destaca-se também a necessidade emergente de um trabalho profissional diante as demandas dos profissionais que lidam com essas crianças institucionalizadas, pois existe uma angústia vivenciada por eles que indica um melhoramento a ser realizado visando a sua retenção no local de trabalho (SILVA; ARPINI, 2013). Portanto, o psicólogo pode ser útil para além das demandas do público infante-juvenil, como também para auxiliar na escuta e na orientação da equipe multidisciplinar.

Por fim, o profissional psicólogo que atua nesse contexto de instituições de acolhimento para crianças deve se preparar para, ao mesmo tempo, em que lida com a criança abrigada, lidar também com a equipe operante, pois muitas são as nuances desse ambiente que podem alterar o desempenho profissional de algum membro. Entretanto, o foco de atuação sempre será o de promover o bem-estar e acolhimento genuíno da criança em situação de acolhimento, já que é um momento transitório de sua vida que deve ser acompanhado da melhor forma possível.

2.2 RELEVÂNCIA DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO

No contexto familiar, logo de início, é importante observar como as relações de cuidado com as crianças se dão, já que posteriormente serão elas a desempenharem essa função com sua futura e respectiva família (OLIVEIRA; ROCHA, 2015). Portanto, a família desempenha práticas que vão além do cuidado de questões relacionadas à saúde e à doença, mas também de outros aprendizados que a criança necessitará em contextos afins. Sendo assim, a experiência de vivências no seio familiar é uma forma de ensaio do desenvolvimento de habilidades para uma convivência em sociedade (MORGADO; DIAS, 2016).

Para um melhor entendimento das atribuições familiares, se faz necessário uma definição mais precisa do que é família. Historicamente, a família, graças às mudanças sociais, tal como a elaboração da Constituição Federal de 1988, passou de uma relação desigual nos primórdios da humanidade, em que o homem era a autoridade inquestionável no núcleo familiar - constituído pela mulher, filhos e escravos, por exemplo -, para o estabelecimento da igualdade entre os cônjuges nos dias atuais, tanto nas responsabilidades na gestão familiar quanto na posse de bens (SANTOS; MARCATO, 2015). Logo, a família é considerada como um conjunto de pessoas conectadas por razões diversas, possuindo

parentesco e uma estrutura consolidada por uma cultura que rege os seus vínculos (FONSECA *et al.*, 2017).

Mesmo englobando modificações na constituição familiar, os ensinamentos repassados das referências paternas para os filhos são notórios. Além de contribuir para a formação social, cultural e moral do indivíduo, entre outras, a família contribui para que alguns valores humanos como o respeito e a solidariedade sejam absorvidos e perpetuados pelas crianças (PAULA *et al.*, 2013). Faz-se necessário, após a explanação da importância familiar no processo de construção pessoal, identificar a figura da criança em seu processo de desenvolvimento humano e bem-estar.

Como também desempenha o papel de protetor que cuida, alimenta que estabelece normas que tranquiliza os medos, e abranda a dor, quem compreende os significados das expressões (choro e alegria), quem estabelece ordem. Um sistema que contribui para a criança um sentimento de pertencimento de um lugar na família (CRUZ, 2016). Dessa forma as manifestações de afeto são determinantes na construção da estrutura emocional das crianças, certamente que as manifestações afetivas trazem relevância na formação da personalidade no início da vida, ou seja, aquilo que ocorre no contexto dessas crianças nessa fase irá repercutir na adolescência e posterior na fase adulta (LEMOS, 2017).

2.3 DEFINIÇÃO DA INFÂNCIA E DE SUAS PARTICULARIDADES

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), documento legal que rege a proteção das crianças e dos adolescentes em âmbito nacional, a criança é aquele indivíduo que tem até 12 anos de idade incompletos (ECA, 1990). Especificamente na fase que corresponde dos cinco aos dez anos, utilizada nessa pesquisa, delimitam-se duas fases do desenvolvimento infantil descritas por Piaget: a fase pré-operatória e a fase operatório-concreta. Na fase pré-operatória (de dois a sete anos) acontece o início da função simbólica representada pela linguagem e na fase operatório-concreta (dos sete aos onze anos) ocorre uma maior compreensão lógica de diferentes pontos de vista, mesmo carecendo ainda da capacidade de empatia que o permite assumir para si outro ponto de vista (VIEIRA; DA SILVA; MONTOVANI, 2015).

É nessa fase de vida que a criança pratica uma das mais importantes atividades: o brincar. Nesse sentido, o brincar é uma dinâmica de saberes em que tanto a criança aprende com o outro quanto ensina, permitindo até mesmo a construção da própria identidade e expressão de afetos (ZANOTTO *et al.*, 2016). É por meio do brincar que a criança tem

contato com a linguagem, motricidade e pensamento, além de ser sua forma de comunicar e de significar suas próprias transformações (DE OLIVEIRA; DE ALMEIDA, 2016).

Nesse viés, o bem-estar psicológico na infância pode ser oscilante e ainda assim representar uma importância significativa na vida (DIAS, 2014). Vale lembrar que é visível nas relações humanas a presença do bem-estar. Em casos de ausência desse importante aspecto, a vivência saudável do indivíduo pode ser comprometida, algo socialmente notado pela associação entre qualidade de vida e saúde. Portanto, é necessário explicar como os mecanismos sociais lidam para proteger a infância contra as adversidades que contrariam a qualidade de vida.

2.4 PROTEÇÃO LEGAL À CRIANÇA

Além de contemplar a proteção através da Constituição Federal, toda criança tem seus direitos assegurados pelo ECA. Logo no artigo 4º, é expresso que todos, não apenas a família, mas também a sociedade em geral, deve guardar pela proteção desse indivíduo no que diz respeito a todos os direitos que estão vinculados à vida, como o respeito e a convivência familiar, garantindo prioridade nesse aspecto e em todos aqueles que possam beneficiar esse público, como na primazia na execução de políticas públicas e na destinação prioritária de recursos públicos para esse interesse específico (ECA, 1990). Também como forma de proteção, o artigo 5º diz que toda violência ou qualquer tipo de desrespeito ou opressão às crianças e aos adolescentes será repudiada e punida pela Lei (ECA, 1990).

Entretanto, nem toda criança permanece num seio familiar harmonioso em que possa desfrutar de dignidade e de qualidade de vida. Para estas situações, o ECA assegura, em seu artigo 19º, o direito da criança em pertencer e ser cuidada em uma família e, em casos especiais, como após abrigarem uma instituição de acolhimento, numa família substituta, desde que resguardados os seus direitos (ECA, 1990). No caso do acolhimento institucional desse público, é essencial destacar que essa medida faz parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e tem a intenção de ser provisória e apenas em casos excepcionais, ou seja, quando os direitos da criança são violados pela família e não há outra possibilidade de refazer o convívio naquele momento (MOREIRA, 2014).

Como é uma ação provisória a instituição tem a função de amparar essa criança oferecendo moradia, alimentação, educação, lazer, serviços sociais e de saúde além de convivência familiar, e caso a família de origem não possa receber novamente a criança zelando por seus direitos, a família extensa (tios, avós, etc.) é solicitada e, em último caso,

uma família adotiva, ressaltando que quanto maior o tempo de segregação da criança nessas instituições, maior será a chance de ruptura dos laços com a família de origem (MOREIRA, 2014).

Muitos são os fatores que justificam a chegada de crianças em abrigos, geralmente estão vinculados ao abandono e à negligência, sendo que, a maioria desses motivos perpassa por situações de pobreza, violência sexual e uso de drogas pelos pais ou filhos (FERREIRA, 2014). Além das condições socioeconômicas baixas fazerem parte do fator de risco em decorrência da vulnerabilidade dos eventos, como violência e ambientes estressores, as crianças abrigadas experenciam o sofrimento de serem desvinculadas de suas famílias podendo apresentar uma tendência à depressão. Apesar da duração máxima no abrigo não poder ultrapassar dois anos, muitas crianças são adotadas tardiamente e, portanto, passam mais tempo influenciadas por essas condições (CALCING; DA CRUZ BENETTI, 2014). Um dos vieses que podem ser discutidos é aquele que condiz com a relação da Psicologia com as vivências dessas crianças em situação de desvinculação da família de origem e consequente transição para uma instituição de acolhimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em estudo é de natureza descritiva, porque essa se define como um aprofundamento em um aspecto de um determinado grupo ou população, buscando uma melhor compreensão do fenômeno (GIL, 2002). Dessa forma, é possível averiguar o seu caráter que nesse caso é do tipo qualitativo, porque assim é possível que as ações do indivíduo tenham seus significados interpretados na pesquisa (MARCELINO; JUNIOR; CAANTIONILIO, 2017). Concebendo os meios da pesquisa, ela é denominada um estudo de caso, pois desse modo foi possível, através do método de indução, realizar uma investigação de precedentes empíricos no contexto de vivência habitual do objeto estudado (YIN, 2001).

A pesquisa deu-se, e a definição dos procedimentos de coleta foi determinada pelo critério de acessibilidade, com a finalidade de melhor caracterizar os dados qualitativos pretendidos no estudo, uma entrevista é um dos instrumentos escolhido para realização da pesquisa. Vale lembrar que o processo de entrevista se fundamenta na presença de duas pessoas buscando informações sobre algo, mas também, no caso da entrevista não-estruturada aqui pretendida, a conversa acontece de uma forma mais ampla para melhor explorar a

questão ou problema central (LAKATOS; MARCONI, 2010). Outro instrumento de coleta utilizado foi a observação assistemática, ou seja, a observação dos acontecimentos do objeto de pesquisa de maneira informal e casual, porém tendo um objetivo definido para observar (LAKATOS; MARCONI, 2010).

A pesquisa foi realizada em uma instituição de acolhimento para crianças na cidade do interior de Minas Gerais, na qual foi realizada uma entrevista com a psicóloga atuante que trabalha nesta instituição. Encontram-se no abrigo 12 crianças institucionalizadas e uma psicóloga em exercício da profissão. Nessa entrevista foram elaboradas 11 perguntas. Os temas pertinentes à entrevista delimitados não apenas pelo assunto em questão; mas norteados pelo objetivo geral, esse, por sua vez, apoiado pelos objetivos específicos. Os padrões éticos comuns a esse tipo de pesquisa foi definido a partir da apresentação de uma carta de apresentação para a pesquisa, termo de autorização para gravação à entrevistada e posterior autorização.

Mediante a conclusão da etapa de coleta de dados, a análise de conteúdo foi a escolha para captar melhor os significados apresentados. Dessa forma, a pesquisa foi analisada a partir dos dados coletados na entrevista. Após transcritas de forma fiel ao experienciado, os dados foram analisados criteriosamente a fim de buscar uma familiarização dos termos presentes com os objetivos da análise e, posterior a isso, os elementos condizentes foram reunidos em categorias a fim de sofrerem o processo de interpretação, indispensável nesse tipo de análise (BARDIN, 2011). Na produção dos resultados utilizou-se três categorias: inserção da criança a instituição, processo de reinserção familiar, atividades e desafios no trabalho do psicólogo dentro do abrigo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos com as informações fornecidas na entrevista semiestruturada realizada com a psicóloga da instituição do abrigo infantil de uma cidade do interior de Minas Gerais, são apresentados e discutidos nesta parte do trabalho. Por meio dessa entrevista, a pesquisadora teve a intenção de conhecer a atuação do profissional de Psicologia perante uma visão de quem realmente trabalha na área. Para tanto, a entrevista foi realizada no dia 18 de outubro de 2017 e optou-se por apresentar a discussão dos resultados de forma associada com a análise dos dados para manter uma maior clareza dos fatos. Os resultados expostos são

apresentados em três categorias com ênfase no objetivo geral e nos objetivos específicos dessa pesquisa.

Compreender as famílias, e os motivos que norteiam essas crianças a serem abrigadas permite uma melhor construção e aplicação de políticas públicas capazes de um bem-estar no presente e no futuro dessas crianças (FERREIRA, 2014). Entretanto, a partir dos resultados que serão mostrados abaixo, observou-se que o ambiente institucional favorece condições limitadas para um bom desenvolvimento por várias razões, seja em casos de privação da família, por determinação judicial, ou pelo número elevado de crianças, o que dificulta uma melhor atenção e estimulação dada a cada criança em decorrência do seu histórico contextual.

4.1 CATEGORIA I: INSERÇÃO DA CRIANÇA A INSTITUIÇÃO DE ABRIGO

De acordo com o ECA (1990), a sociedade em geral, não só os familiares, devem proteger as crianças e adolescentes em todos os direitos vinculados à vida, estabelecendo uma boa convivência familiar, além de solicitar, se necessário a execução de políticas públicas como forma de proteção. A lei do ECA assegura à criança proteção de todo o tipo de violência, desrespeito e opressão. Nem sempre as crianças gozam de um ambiente familiar equilibrado o que pode prejudicar o seu desenvolvimento. Nesta situação cabe ao ECA o direito de propiciar um ambiente acolhedor, seja em uma instituição de abrigo provisória ou até mesmo, uma família adotiva como alternativa para esse problema.

Para Ferreira (2014), a chegada dessas crianças ao ambiente institucional é decorrente de inúmeras razões, dentre elas está o abandono, negligências, situações de pobreza, uso de drogas ilícitas e violência sexual. Na entrevista realizada com a psicóloga da instituição, pode-se observar que, dentre os motivos que estão ligados à inserção da criança nesse tipo de instituição, há uma divergência na prerrogativa relacionada à pobreza como principal motivo responsável pelo acolhimento dessas crianças. É notório que a pobreza, na maioria das vezes, acompanha os casos de abrigamento, porém não é motivo de seleção para institucionalizar uma criança, dado que é explícito na literatura como um dos motivos primordiais para institucionalizar. Percebeu-se também a clareza sobre as várias tentativas que a instituição promove para que a adoção seja a última medida a ser tomada. Sob o mesmo ponto de conformidade, a institucionalização é uma medida excepcional, conforme os relatos da psicóloga abaixo:

“[...] o abrigo é uma medida provisória excepcional [...] quando o conselho tutelar identifica que a situação extrapolou, não tem condições de fazer mediação, retira a criança dos familiares e institucionaliza”.

“[...] o psicólogo constrói o caso através de relatórios e dá um parecer para o juiz, sobre o caso e as tentativas de reestruturação familiar, não ocorrendo à criança então é encaminhada para adoção”.

“[...] nunca dificuldades financeiras isso não é motivo de abrigamento, não é condição de pobreza que leva criança a ser abrigada [...] São situações de atrito e conflito intrafamiliar, como abuso sexual, maus-tratos e negligência”.

Embora o abrigo tenha como objetivo acolher a criança em medida de proteção, o afastamento familiar pode ser uma experiência um tanto conflituosa, o que dispõe ao abrigo o processo de reinserção da criança ao ambiente familiar. De acordo com os dados da psicóloga essa conduta é analisada através de relatos observados por ela mesma e relatada ao juiz para tomada de decisão, não sendo possível esse contexto familiar a criança então é submetida para adoção.

4.2 PROCESSOS DE REINSERÇÃO FAMILIAR

Por outro lado, a relação entre criança e pais proporciona um desenvolvimento benéfico a partir do vínculo estabelecido de confiança e autonomia. Segundo Andrade e Morethes (2013), o convívio com os pais é de suma importância para formação da personalidade e caráter da criança, assim ela aprende a ter domínio de si. Portanto o contexto familiar exerce práticas de cuidados, tanto para a saúde e a doença como também vivências que desenvolvem o sistema cognitivo e emocional das crianças (MORGADO; DIAS, 2016). Salienta-se ainda a promoção de alguns valores morais que serão apreendidos contribuindo para formação social, cultural e moral do indivíduo (PAULA *et al.*, 2013). Do mesmo modo, nas falas da psicóloga do abrigo, observou-se uma conduta de resgate a esses vínculos quebrados, promovendo de tal forma uma reestruturação da família, porém nem sempre são possíveis tais recursos como serão abaixo demonstradas:

“[...] os vínculos familiares para a construção do sujeito são essenciais para as crianças.”

“[...] os vínculos estão todos quebrados, tem alguns casos que os pais não podem visitar por serem os agressores e opressores.”

“[...] o foco é trabalhar esses vínculos rompidos, mas nem sempre são eficazes.”

“[...] o trabalho do psicólogo perante a família e entender o motivo que os pais agiram de tal forma e instruir os pais e familiares para uma reestruturação familiar, e se necessário encaminhar se o caso para tratamentos.”

Contudo, o ambiente familiar é advindo de uma diversidade de contexto que envolve laços, empatia, interesses, sentimentos e valores. Assim a família é o primeiro contato de referência e apego da criança. Desse modo, cabe uma melhor exploração do caso e se possível um acompanhamento desse sistema, assim como o relato da psicóloga que expressa a atuação em compreender a estrutura sistêmica para elaborar possíveis recursos no equilíbrio familiar.

4.3 ATIVIDADES E DESAFIOS NO TRABALHO DO PSICÓLOGO DENTRO DO ABRIGO

O psicólogo no abrigo tem como função amparar as crianças, ofertando um acolhimento que diminua o sofrimento ocasionado pelo rompimento familiar e as condições expostas vividas anteriormente, como também evidenciar que nem sempre será possível suprir essa carência, porém o psicólogo conduz a criança a criar novas possibilidades, visto que não seja a atitude retratada pelos pais (GOELLNER; FERNANDES, 2015). Nesse viés, utilizar de práticas que desenvolvam atividades como o brincar, possibilita a construção da própria identidade e expressão de sentimentos e afetos (ZANOTTO *et al.*, 2016).

Salienta-se também o trabalho do psicólogo nas demandas que diz respeito à equipe seja na vivência dentro ou fora do abrigo de cada funcionário, trabalhando as emoções vividas por cada um no ambiente, de forma a escutar e orientar a equipe multidisciplinar (SILVA; ARPINI, 2013). Do mesmo modo, conforme os conteúdos das falas da psicóloga, a atuação do psicólogo demanda uma atividade mais breve e técnica, relacionada a motivos de tempo e na maioria das vezes traz uma sobrecarga, não podendo utilizar o atendimento clínico, e sim utilizando intervenções breves. O que, de certa forma, deixa algumas atribuições em atraso como, por exemplo, a capacitação de funcionários.

“[...] quando a criança chega ao abrigo, temos como foco acolher ela, vê o estado dela de como esta fisicamente, psicologicamente, então fazemos uma intervenção pontual, não um atendimento clínico [...] utiliza de instrumentos lúdicos, apresentação e atividades mais tranquilas para poder captar o que a criança quer dizer.”

“[...] primeiro o olhar sobre o histórico de vida da criança, segundo as intervenções breves com relações a esses traumas psicológicos, terceira fazer mediação de intervenção de aproximação da família, de forma a sanar aspectos negativos que possa comprometer o desenvolvimento físico, psíquico, intelectual, motor.”

“[...] a maior dificuldade seria a quantidade de pessoas que estão lidando com as crianças, o psicólogo não está o tempo todo com a criança, e deveria estar em mais lugares.”

“[...] o psicólogo atua fazendo intervenções breves, com as crianças e funcionários, e desenvolve uma função mais técnica na realização de relatórios e parecer.”

“[...] Maior desafio é a rotatividade de funcionários/educadores, e o psicólogo tem como atribuição capacitar esses funcionários e o tempo de 4 horas semanais não favorece.”

O trabalho com a equipe é salientado por treinamentos, reuniões, capacitações dos educadores da maneira que o aprendizado perpetue para obter-se uma melhor qualidade dos serviços e alcance uma elaboração adequada para o relatório de cada criança, assim realizando encaminhamentos, intervenções e procedimentos adequados para a demanda. Entretanto, nas informações obtidas pela psicóloga pode-se dizer que a contribuição da psicologia para a melhor qualidade de vida dessas crianças seja uma tarefa difícil já que os casos são delicados e requer uma maior atenção e tempo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral apresentar as contribuições da Psicologia para uma melhor qualidade de vida de crianças institucionalizadas em abrigo infanto-juvenil em uma cidade do interior de Minas Gerais. Ficou explícito nas falas e comportamento da psicóloga entrevistada que é muito difícil propiciar uma melhor qualidade de vida em tão pouco tempo, visto que essa qualidade advém do ambiente institucional, histórico familiar, e sentimentos e emoções vividos por cada criança, o que exige um acompanhamento mais profundo do psicólogo tanto com a criança quanto dos familiares e funcionários do local. Contudo, esse contato se torna tênue e breve, e na maioria das vezes árduo para o psicólogo acarretando um sobrepeso da demanda para a função.

Este trabalho limitou-se em uma instituição de abrigo infantil em uma cidade do interior de Minas Gerais, com crianças da faixa etária de zero a doze anos, mas principalmente dando uma importância maior ao trabalho do psicólogo nas faixas de cinco a dez anos, em que ocorrem as fases principais para o desenvolvimento infantil. Essa pesquisa foi realizada com apenas uma psicóloga atuante dentro do abrigo sob a responsabilidade de atender doze crianças abrigadas juntamente com uma assistente social e funcionários de outros setores.

Desse modo, essa pesquisa contribui para a expansão do conhecimento no campo da ciência, com ênfase na Psicologia, principalmente no que se refere às políticas públicas que advêm dos direitos e proteção à criança, para um melhor manejo que seja mais adequado para possibilitar a essas crianças uma melhor qualidade de vida. Tal contribuição reflete nessa criança enquanto sujeito da sociedade, em seu presente e futuro. Esse direcionamento permite uma melhor distribuição do profissional nesse campo que depara com situações delicadas e conflituosas. Salienta-se, ainda, aos profissionais trabalhar com propostas focais a partir da realidade e condição contextual de cada criança.

Perante o tema aqui investigado e do contexto na entrevista efetuada, sugere-se a importância de mais pesquisas a respeito desse tema, visto que, conforme já detalhado na pesquisa, houveram controvérsias na facilidade para se obter uma qualidade de vida diante estudos já existentes e a prática efetuada, dessa forma cabe um aprofundamento da pesquisa com mais psicólogos atuantes em diversificados abrigos, isto é, uma amostra mais abrangente pode permitir uma análise mais específica do tema abordado.

Contudo, essa pesquisa possibilitou uma reflexão sobre a atuação do psicólogo dentro das instituições de acolhimento, visando o bem-estar dessas crianças, dessa forma trabalhem elaborações que ajuste o funcionamento do profissional em sua prática, correspondente a demanda imposta pelo campo. Um trabalho de suma importância, na qual lida com o futuro de crianças que nem sempre conseguem expressar o que sentem. Um exercício da psicologia que exige uma ponderação para não fazer julgamentos e interpretações equivocadas do caso. Um campo que exige do profissional uma maior dedicação e empatia pelo que faz.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L, M, B; MORETHES, R, A, B. A importância do vínculo familiar no desenvolvimento emocional da criança nos primeiros anos de vida. **Revista Educação**, v.7, 2013, p. 1-4.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*/Laurence Bardin; Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições, v. 70, 2011.

CALCING, Jordana; DA CRUZ BENETTI, Silvia Pereira. Caracterização da saúde mental em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. *Psico*, v. 45, n. 4, p. 559-567, 2014.

CARVALHO, Pammella Lyenne Barbosa de. A atuação do psicólogo em abrigos de acolhimento institucional. 2015.

CRUZ, Helena Mafei. Família é quem cuida de mim: Narrativas de identidade de jovens adultos criados em abrigo. Editora do Instituto NOOS, 2016.

DE OLIVEIRA, Maria Dorotéia Costa; DE ALMEIDA, Marcos Teodorico Pinheiro. O brincar e o letramento na educação infantil. *Extensão em Ação*, v. 2, n. 11, p. 92-105, 2016.

DIAS, Maria Catarino. *Relação entre coping, bem-estar psicológico e satisfação com a vida, numa população de adolescentes*. Tese de doutorado. 2014

ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Palácio do Planalto. 1990.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 117, p. 142-168, jan./mar. 2014.

FERREIRA, Sônia. Famílias sem rumo: da institucionalização à reunificação familiar-qual o papel da terapia familiar?. *Journal of Child & Adolescent Psychology/Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, v. 6, n. 1, 2015.

FONSECA, Franciele Fagundes *et al.* Family approach in primary care in mental health: experience report. *Journal of Nursing UFPE on line*, v. 11, n. 1, p 449-457, 2016.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, v. 5, p. 61, 2002.

GOELNNER, Maila Beatriz; FERNANDES, Marcela Fernanda Sousa. Atenção e cuidados para crianças e adolescentes institucionalizados. *Revista Científica FAEMA*, v. 6, n. 1, p. 153-171, 2015.

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada (SAC). Brasília, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da metodologia científica. In: *Fundamentos da metodologia científica*. Atlas, 2010.

LEMOS, Suziani de Cássia Almeida. Os Vínculos Afetivos no Contexto de Acolhimento Institucional: um estudo de campo. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 33, n. 1, 2017.

MARCELINO, Valéria; JUNIOR, Edmundo Rodrigues; CAANTIONILIO, Eliana. Concepções de professores em formação inicial e continuada sobre a viabilidade dos estudos de caso e o ensino atual. *Acta Scientiae*, v. 18, n. 3, 2017.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. spe 2, 2014.

MORGADO, Alice Murteira; DIAS, Maria da Luz Vale. Comportamento antissocial na adolescência: o papel de características individuais num fenômeno social. *Psicologia, Saúde & Doenças*, v. 17, n.1, p 15-22, 2016.

OLIVEIRA, Edina Araújo Rodrigues; ROCHA, Silvana Santiago. O cuidado cultural às crianças na dinâmica familiar: reflexões para a Enfermagem. *Revista Interdisciplinar*, v.8, n. 1, 227-233, 2015.

PAULA, Lila Isabel C. de *et al.* Percepção da associação entre estimulação ambiental e desenvolvimento normal de mães de crianças nos três primeiros anos de vida. *Rev Paul Pediatr*, v. 31, n. 2, p. 211-7, 2013.

RODRIGUES, Vitória Olivier Ramos. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil: Um Estudo Bibliográfico. Dissertação de mestrado. 2016.

SANTOS, Mariana Ferreira; MARCATO, Gisele Caversan Beltrami. Evolução histórica do modelo de família e a nova concepção de família entre pessoas do mesmo sexo. *Encontro de Iniciação científica*. Toledo Prudente Centro Universitário. 2015.

SILVA, Milena Leite; ARPINI, Dorian Mônica. O impacto da nova Lei Nacional de Adoção no acolhimento institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 422-440, dez. 2013.

VIEIRA, Kassius Otoni; DA SILVA, Rodrigo Luciano Reis; MANTOVANI, Harley Juliano. Jean Piaget e Merleau-Ponty na construção do conhecimento. *Universidade Católica de Brasília*. Disponível em: http://www.catolicaonline.com.br/semanapedagogia/trabalhos_completos. Acesso em: 24/05/2016.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Bookman editora, 2001.

ZANOTTO, Luana *et al.* O brincar como prática social identificado em um grupo de crianças da zona rural. *Comunicações Piracicaba*, v. 23, n. 2, p. 245-260, 2016.

ANEXOS

ANEXO 1 – ENTREVISTA

PERGUNTAS NORTEADORAS:

1. Qual a finalidade da Psicologia nos abrigos para crianças institucionalizadas?
2. Quais as dificuldades encontradas pela Psicologia dentro da instituição?
3. Diante da situação de ruptura do seio familiar e abandono dessas crianças, qual a importância do vínculo familiar para a criança?
4. O que a instituição promove de positivo e/ou negativo para as crianças institucionalizadas?
5. É possível descrever as contribuições do profissional de Psicologia dentro dessa instituição?
6. Quais as condições socioeconômicas e emocionais essas crianças se encontram ao chegarem ao abrigo? Em que tipo de situação essas crianças são institucionalizadas?
7. Qual o tempo médio que a criança fica abrigada?
8. Qual a influência da psicologia na qualidade de vida das crianças abrigadas?
9. Existe um trabalho psicológico com os familiares dessas crianças? Se sim, como é feito?
10. Os funcionários são capacitados para acolher as crianças e encaminhá-las para o setor de psicologia?
11. Existe um trabalho psicológico com os funcionários desta instituição? Se sim, como é feito?

ANEXO 2 – CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA IR A CAMPO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Autorizo a estudante *Camila Thaísa da Silva Araújo* do curso de Psicologia da Faculdade Ciências da Vida a realizar atividades de pesquisa, a fim de desenvolver seu Trabalho de Conclusão de Curso que tem como proposta identificar, **QUAIS AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA EM CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS EM ABRIGO INFANTO-JUVENIL**. A pesquisa será realizada no Abrigo infantil/juvenil de Sete Lagoas, MG.

O projeto visa apresentar as possíveis contribuições da Psicologia para uma melhor qualidade de vida em crianças institucionalizadas em abrigo infanto-juvenil. Este trabalho será desenvolvido sob a orientação da professora Tathiana Martins de Carvalho.

Concedo autorização para a aluna acessar as dependências do local e a permissão para que a pesquisa se realize.

Sete Lagoas, 18 de outubro. 2017.

Cargo: Gerente da Assistência Social

Psicóloga Pesquisadora Responsável

ANEXO 3 – AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DA ENTREVISTA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, _____, depois de entender os riscos e benefícios que pesquisa intitulada (QUAIS AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA EM CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS EM ABRIGO INFANTO-JUVENIL.) poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, AUTORIZO, por meio deste termo, o pesquisador (CAMILA THÁISA DA SILVA ARAÚJO) a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados em garantir-me os seguintes direitos:

1. Poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. Os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
3. Minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. Qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. Os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador(a) da pesquisa (Camila Tháisa da Silva Araújo), e após esse período, serão destruídos e,
6. Serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Sete Lagoas, Minas Gerais, (18/10/2017).

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura e carimbo do pesquisador responsável